

ASSOCIAÇÃO INDÍGENA XERENTE - A. I. X.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data <u>26, 11, 97</u>
cod <u>XR D 00061</u>

Aldeia Hespôhurê - Reserva Indígena Xerente em 16 - 06 - 1994

Excelentíssimo Senhor Procurador da República
Palmas - Estado do Tocantins:

Nós indígenas Xerente, habitantes na Reserva Indígena Xerente, tomamos conhecimento através do indígena Ranulfo Cursino de Cliveira Xerente, morador fora da Reserva, no limite com o Rio Gorgulho, que um grupo de japoneses acompanhado de técnicos do Governo do Estado do Tocantins, estão pretendendo construir uma barragem no local conhecido " Cachoeira do Rio Gorgulho ", região confrontante entre a Área Indígena Xerente e o Município de Pedro Afonso. Segundo informações de Ranulfo Cursino C. Xerente, dia 26 de maio de 94, compareceram em sua propriedade - local da cachoeira - 8 pessoas: 4 eram japoneses e falavam Português, 3 eram estrangeiros europeus e não falavam o Português; os 7 estavam acompanhados do Sr. Tiãozinho, dono de grandes fazendas no município de Pedro Afonso e também conhecido por todos como o dono da Empresa de Laticínios VIGOR. O grupo instalou aparelho para medir a velocidade da água nas 3 quedas da cachoeira e com nivelador fez medidas de nível, chegando a indicar o local que seria construída a barragem. Mostraram interesse em comprar a propriedade de Ranulfo de 100 hectares. Indagado se o grupo já havia mantido contato com os índios Xerente, eles responderam que não era necessário e que tudo já estava resolvido e que a verba já estava liberada e que o projeto era muito importante para levar energia elétrica para Pedro Afonso e fornecimento de água para projeto de irrigação de soja, milho, arroz, plantio de eucalipto e fava denta para aproveitamento medicinal. Ranulfo por não saber ler, só conseguiu identificar o emblema do Governo do Estado do Tocantins (duas mãos dadas). Assim que essa notícia correu nas aldeias, as lideranças Xerente estão revoltadas. Nós pensamos como que os homens brancos tentam invadir nossa reserva sem nos consultar e sempre vem nos tratando como que não fôssemos donos de nossos terras.

Indígena Xerente

Ranulfo Cursino Xerente
Associação Indígena Xerente

37 379 104/0001-69

Associação Indígena Xerente

RESERVA INDÍGENA XERENTE

CEP 77640000

TOCANTÍNIA

TO

(CONTINUAÇÃO) OFÍCIO A PROCURADORIA DA REPÚBLICA

Senhor Procurador, nós Xerente não aceitamos essa barragem no limite de nossa reserva; porque grande parte de nossas terras serão inundadas, como nos locais Barreiro, Brejo do Sítio, Lajeiro, Água Boa e Taboca além de outras partes serão inundadas, dentro de nossas terras. Senhor procurador pedimos providências para que nos possamos viver em paz em nossa terra que já não é grande como no passado e mais uma vez estamos sendo pressionados pelo Governo do Estado do Tocantins. Basta a pressão e a dor de cabeça que já temos com a intenção de construir asfalto e a ponte do Rio Sono dentro de nossa terra. Em reunião na Casa da A. I. X. decidimos não aceitar nenhum tipo de invasão que venha prejudicar nossa comunidade, queremos viver em paz. Temos a suspeita que essa construção de barragem deve ser verba do PRODECER (Projeto de Desenvolvimento do Cerrado) financiamento de capital japonês em convênio com o Governo do Estado do Tocantins. Aguardando providências dessa honrada instituição, subscrevemos esta:

Bonfim Xerente
 Pedro Filho Xerente.

Rubens SIZOZA Xerente
 Eduardo Xerente

Juaci JOSÉ DE BRITO XERENTE
 Joãozinho Xerente

Val do Nino de BRITO
 Vitória ^{de} ~~marques~~
 Evaristo Xerente

Robel Xerente ~~atohiki~~

Laciana ~~selupraki~~ Xerente

37 379 104/0001 - 69

Associação Indígena Xerente

RESERVA INDÍGENA XERENTE

CEP 77640000

TOCANTÍNIA

TO

Deposito em nome de Joãozinho Xerente em 6.4.69

19 A 22 OUTUBRO - 93

EDITORIAL

Bom negócio com japoneses

Concebido há 13 anos, o programa japonês de desenvolvimento agrícola do cerrado, Prodecer, está, finalmente superando as últimas barreiras burocráticas para chegar aos estados do Tocantins e Maranhão. O programa enfrentou resistências de toda ordem e até hoje há quem não o veja com bons olhos, mas ele terá uma importância muito grande para a economia regional.

A principal crítica dos adversários do Prodecer é que ele seria voltado apenas para a agricultura de exportação, atendendo o interesse dos japoneses, dependentes da importação de alimentos. Alguns críticos dizem também que a região terá um retorno muito pequeno, ficando quase somente com a terra desgastada.

Imaginar que os japoneses estivessem dispostos a despejar alguns milhões de dólares numa região de cerrado no centro da América do Sul por meras convicções, digamos, filantrópicas, seria muita ingenuidade. É claro que os orientais estão interessados na produção de alimentos em larga escala, o que é impossível em seu território pequeno e superpovoado.

Se o Japão tem dinheiro e tecnologia para produzir e nós temos a terra de sobra é mais do que natural a concretização de negócios do porte do projeto Prodecer. Não é isso que vai ameaçar a soberania nacional. O exercício da nossa soberania está exigência do cumprimento dos termos do contrato.

Os números apresentados no documento assinado entre os dois países dão uma mostra das vantagens do projeto. São 138 milhões de dólares de investimentos nos dois estados, com a geração de 700 empregos diretos. A perspectiva de produção também é animadora, 30 milhões de dólares anuais, gerando uma receita de 4 milhões em tributos estaduais. Outros itens importantes são os estímulos ao desenvolvimento da agroindústria e a preocupação ambiental. Dos 80 mil hectares previstos para integrar o projeto, metade vai ser destinada à preservação. Estes dados mostram que particularmente para o Tocantins, que tem amargado quedas sucessivas em sua produção agrícola, o Prodecer é uma oportunidade histórica e pode significar um bom negócio para brasileiros e japoneses.

Prodecer III será efetivado no próximo ano

(Brasília-AJC) Os governos do Brasil e do Japão acertaram todos os detalhes para a implementação da terceira fase do Projeto de Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (Prodecer III), que prevê investimentos de US\$ 138 milhões no Tocantins e no Maranhão. Uma missão técnica do Ministério da Agricultura e representantes do governo japonês devem assinar hoje, dia 15, em Tóquio, o Record of Discussion (RD), que é o entendimento básico para a implementação.

A terceira fase do Prodecer será efetivada graças às negociações entre a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica) e a Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, que enfrentaram juntas várias resistências na área econômica do governo para viabilizar o projeto. Após a assinatura do Record of Discussion, que já é um compromisso de financiamento, serão assinados ainda um acordo do projeto (Project Agreement) e um acordo de empréstimo (Loan Agreement), quando entra na fase final de execução, possivelmente a partir de janeiro de 1994. Do total de US\$ 138 milhões, o Japão entra com financiamentos de US\$ 83 milhões. Os US\$ 55 milhões restantes são contrapartida do governo brasileiro.

A área total do Prodecer III é de 80 mil hectares, sendo metade para a agricultura e metade para a preservação ambiental no Tocantins e no Ma-

ranhão. Os financiamentos serão destinados principalmente às culturas de alimentos básicos e beneficiarão a aquisição de terras, infra-estrutura de cooperativas, investimento fixo, financiamento da produção e infra-estrutura para beneficiamento de produtos agrícolas.

RETORNO

O Prodecer III vai gerar uma produção agrícola de US\$ 30 milhões por ano, além de US\$ 4 milhões em impostos estaduais. Os técnicos que formularam o projeto acreditam que seja possível criar acima de 700 empregos diretos e milhares de indiretos. Os projetos irão priorizar a irrigação em áreas de 50 hectares para cada colono. O programa será implantado também visando à produção de itens que possam desenvolver a agroindústria na região. Com os recursos aplicados no Prodecer III, a soma total de dinheiro japonês investida nos cerrados brasileiros é de US\$ 641 milhões. No Prodecer I foram investidos US\$ 94 milhões e no Prodecer II, US\$ 409 milhões.

Mas os técnicos japoneses envolvidos neste tipo de programa acham que o que o Brasil recebe é uma parcela "irrisória" dos recursos que poderiam ser emprestados pelo Japão. O Prodecer I data de 79 e os técnicos admitem que existe uma grande "resistência" do governo brasileiro em receber dinheiro para projetos.

JORNAL DO TOCANTINS
OUTUBRO, 93

Brasil e Japão acertam início do Prodecer III

(Brasília-ABR) A terceira fase do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer III) será implantada no Tocantins e no Maranhão no início do próximo ano. É o que estabelece o contrato de "entendimento básico", assinado na sexta-feira, dia 15, em Tóquio (Japão) pelo secretário Executivo do Ministério da Agricultura do Brasil, Alberto Portugal, e pelo diretor do Departamento de Cooperação Econômica do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão, Hiroshi Hirabayashi.

O Prodecer III beneficiará 80 mil hectares - metade em cada Estado - ao custo de US\$ 138 milhões. Os bancos privados japoneses participarão com 60% dos recursos (US\$ 83 milhões), através da Japan International Cooperation Agency (Jica). O governo brasileiro investirá os US\$ 55 milhões restantes.

O Ministério da Agricultura espera que o acordo final seja assinado ainda este ano, para a imediata

implantação do projeto, cujo prazo de execução é de cinco anos. Além de visar ao aumento da produção de alimentos e o desenvolvimento regional, o Prodecer III destinará metade da área de abrangência para preservação ambiental e cobertura florestal.

As principais culturas planejadas para o projeto são as de soja, milho, arroz de sequeiro e caju, com a geração de 700 empregos diretos e o aumento da oferta de empregos indiretos. Serão instaladas 80 famílias nos dois Estados, em glebas médias de 50 hectares por colono. Está prevista, também, a introdução de irrigação, com vistas a assegurar uma produção agrícola sustentável.

As duas primeiras fases do Prodecer, iniciadas em 1979 e 82, beneficiaram cinco Estados e respondem, atualmente, pela produção de 400 mil toneladas de alimentos por ano e renda bruta estimada em US\$ 70 milhões.

Japoneses I - Chega a Palmas nesta sexta-feira a missão japonesa que está negociando com os governos Estadual e Federal a implantação do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer). Junto com os representantes da embaixada japonesa virão funcionários dos ministérios da Agricultura, Integração Regional e Fazenda, além de técnicos encarregados da definição da área a ser ocupada.

Japoneses II - Uma vez celebrado este contrato, o governo estará dando um grande passo para recuperar parte do que a agricultura perdeu nos últimos anos", disse nesta semana, o chefe de gabinete da Secretaria da Agricultura, Pedro Dias. O programa estava sendo disputado inicialmente pelo estado do Maranhão que desejava repetir o sucesso alcançado pelo Prodecer em Minas, Bahia e Distrito Federal.



MODERNIZANDO A AGRICULTURA TOCANTINENSE

O Governo do Tocantins, através da Secretaria da Agricultura, vem desenvolvendo programas de fomento à produção agrícola, pesquisa, eletrificação rural e apoio à Associações e Cooperativas de Agricultores.

- Ensaios vêm sendo executados para avaliação de cultivares de arroz, milho, feijão, mandioca, batata-doce e frutíferas, para definição dos cultivares mais adequados para as condições de solo e clima do Tocantins.
- Encontra-se em fase de conclusão a implantação da Estação Climatológica de Palmas.
- Estudos estão sendo realizados para determinar as potencialidades de irrigação da região sudeste do Estado.
- 190 Km de rede para distribuição de energia elétrica, beneficiará uma área superior a 10 mil hectares, potencialmente irrigáveis, nos municípios de Alvorada, Araguaçu e Pedro Afonso.
- A constituição de Patrulhas Mecanizadas e a aquisição de corretivos, fertilizantes e sementes, possibilitaram a preparação e plantio de mais de 2.600 hectares de lavouras, que beneficiaram mais de 1.200 mi-
agricultores.
- Foi aprovado o plano operativo anual de irrigação pela Secretaria de Irrigação - Brasília, beneficiando projetos comunitários em Araguatins, Dois Irmãos, Bernardo Sayão, Dueté, Gurupi e Porto Alegre.



brasilTV/dao

SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
ASCOM ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO GOVERNO DO TOCANTINS

JORNAL DO TOCANTINS

12-15 MARÇO
1993